

UMA POSSÍVEL HISTÓRIA DAS PRETÔNICAS BRASILEIRAS¹

por Myrian Barbosa da Silva (UFBA)²

Em memória do Prof. Celso Ferreira da Cunha

E como pode haver uso universal de falar com acerto, se os idiomas cada dia se vão mudando, emendando, e aperfeiçoando tanto [...]?
João de Moraes Madureira Feijó

RESUMO

A língua portuguesa, transplantada no Brasil a partir do século XVI, sofreu inevitáveis transformações que a distanciaram da variedade europeia. No sistema vocálico sobressaem as vogais átonas, que no Novo Mundo se tornaram um importante traço de diferenciação entre os dialetos do Sul e do Norte, objeto de muitas discussões no passado. Neste artigo, com o testemunho de ortógrafos e gramáticos antigos e de dados extraídos de suas obras e com o apoio possível da história externa, busca-se uma explicação para as regras que governam as pretônicas abertas nos dialetos do Norte e para as que regem as fechadas no Sul.

PALAVRAS-CHAVE: Diacronia do português - Vocalismo português - Pretônicas médias brasileiras - Origem das pretônicas médias brasileiras

1. INTRODUÇÃO

Os falantes, que geralmente não têm reflexão sobre o fenômeno linguístico a não ser através da gramática normativa, estão sempre às voltas com indagações do tipo “Qual a forma correta de falar?”, “Quem fala melhor português no Brasil?”, “Por que os nordestinos falam arrastado?” e, no caso do tema deste artigo, “Qual a forma certa de dizer, por exemplo: *firiado? feriado? ou feriado?*”. As diferenças entre os dialetos se tornam por vezes estereótipos, como acontece com as pretônicas no Brasil.

1. Este artigo é uma versão ampliada da comunicação Autora apresentada no II Congresso internacional da Faculdade de Letras, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1992.

2. Professora Adjunta da Universidade Federal da Bahia. Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Conforme bem observou Antenor Nascentes em 1953 (p.25), na fala brasileira as vogais pretônicas separam, ao lado do ritmo, os falantes do Sul daqueles do Norte:

O que caracteriza esses dois grupos [do Norte e do Sul] é a cadência e a existência de pretônicas abertas em vocábulos que não sejam diminutivos nem advérbios em *-mente*.

De fato até hoje os brasileiros do Sul percebem a fala do Norte e do Nordeste como arrastada e com vogais sempre abertas. O primeiro traço – talvez pelas dificuldades que implica – não tem sido objeto de estudo dos linguistas tanto quanto o segundo.

Desde o final da década de 70, do século passado, pesquisas de orientações teóricas e profundidades diversas³ confirmam os limites estabelecidos pelo grande dialectólogo. Já se dispõe hoje de descrições de vários dialetos brasileiros, do Amazonas ao Rio Grande do Sul.

O resultado dessas investigações, porém, não é muito homogêneo devido a diferenças teóricas, metodológicas e interpretativas. Também as amostras sobre as quais se debruçaram os pesquisadores distinguem-se quanto à época da coleta, à inserção social dos informantes e quanto ao interesse e circunstâncias do autor do trabalho. Também varia a extensão da pesquisa, desde um único artigo até algumas teses de doutorado.

Qualquer que seja, porém, a variedade estudada, os pressupostos, a extensão ou a época da coleta de dados, documenta-se a alternância entre as vogais médias e as altas em sílaba pré-acentuada em todo território brasileiro, confirmando a observação dos que nos antecederam.

Essa alternância entre vogais altas (**i** e **u**) e vogais médias (**E** e **O**⁴) tem sido descrita, talvez na maioria dos trabalhos de orientação laboviana, como uma regra variável estável, mas tem sido vista ainda como um processo de difusão lexical, isto é, como uma regra que gradativamente se espalha sobre o léxico, mudando abruptamente o segmento fônico, que entra em variação com seu concorrente e deixa rastros em distintos vocábulos das variedades atingidas⁵. Assim se explicaria a variação regional, etária e social que se verifica entre formas tais como *sofá* e *sufá*, *moderna* e *muderna*, *professor* e *prufessor*, por exemplo.

Algumas investigações têm visto na existência de médias abertas no Nordeste um processo de *abaixamento*, estudando seus efeitos juntamente com outro, de *elevação* (ou *alteamento*), e, por isso, calculando o peso dos fatores de uma variação considerada ternária entre *baixas*, *médias* e *altas*.

Tenho preferido descrever a alternância entre **altas** e **médias** como uma regra supra-dialetal, distinta da que governa a alternância entre médias abertas e médias fechadas, tendo em vista as suas especificidades, ou seja, sua antiguidade na história da língua, a sua existência em todos os dialetos, inclusive no europeu, além da estreita relação com o item lexical. Exemplificam essa relação o registro

3. Longe de chegar à exaustão, vale lembrar as primeiras pesquisas: no Rio Grande do Sul, a de Leda Bisol (1981), a primeira a estudar esse tema; no Rio de Janeiro, a de Callou & Leite (1986); em Brasília, a de Bortoni; Gomes & Malvar (1990); em Minas Gerais, a de M. do C. Viegas, (1987); na Bahia, a de Barbosa da Silva (1989); em Sergipe, a de Jacyra Mota (1979); no Rio Grande do Norte, a de Vera Lúcia Maia (1986); no Pará, a de Maria Nazaré Vieira (1983); no Amazonas, as de Rita de Cássia Silva (1980) e Hydelvídia Corrêa (1980). Muitas outras foram realizadas desde então e não caberia mencioná-las aqui.

4. Estou usando maiúsculas nesse caso para representar a neutralização dos traços aberto e fechado em sílaba não acentuada.

5. Sobre a *elevação* como um processo de difusão lexical, entre outros, cf. Oliveira (1991:93-105).

de *butar*, *sufá* em uma região onde não se ouve *cular* e o de *botar*, *sófá* e *colar* em outra área. Do mesmo modo é comum encontrar um falante que pronuncie *culégio* e *coléga*, mas não *culega*.

A alternância entre **médias abertas** (ɛ e ɔ) e **médias fechadas** (e e o) é regida pelo contexto fonológico, podendo ser descrita por regras quase categóricas⁶ e só se estabelece em parte do território brasileiro (no Nordeste e no Norte). Além disso, não ocorre no português europeu.

Digamos, portanto, que as pretônicas nordestinas mantêm como as das demais variedades brasileiras um ponto em comum: permitem, na sílaba pretônica, além da realização média de **O** e de **E**, uma outra, alta, em vocábulos como *juelho*, *buneca*, *governo*, *milhor*, *filiz*, *pidir* etc.

O traço definidor dos dialetos do Norte e do Sul não é, pois, a realização alta das pretônicas. Como testemunham vários autores desde a primeira metade do século X⁷, o traço definidor das variedades nortistas é a sua realização aberta, como em *feriado* e *oportunidade*, que, se não completamente ausente nas variedades do Sul do país, é pelo menos pouco frequente e ocorre em contexto muito restrito. Nessa região, é possível pretônicas abertas, por exemplo, quando se lhes segue uma vogal aberta homorgânica (*mocotó*, *carretel* etc.) – observadas desde o início do século passado por Sousa da Silveira (1921:25), que, referindo-se à fala do Rio de Janeiro, chega a descrever um contexto harmônico, confirmado depois no seu livro *Lições de português*. Diz ele: “No verbo *remeter*, se a vogal tônica é *é*, o e antetônico soa *é*: *rêmete*; se é *ê*, soa *ê*: *remeteu*, *remeto*; sendo *i*, soa *i*: *remeti* (= *rimiti*), *remetia* (= *rimitia*)”.

Essa pronúncia aberta, a mais frequente no Nordeste, coexiste com outra, fechada, como em *repolho*, *sofrer*. A alternância depende da vogal da sílaba subsequente, acentuada ou não: a vogal de timbre fechado condicionando harmonicamente uma pretônica da mesma altura, qualquer outra determinando a pretônica aberta.

Registram-se também alternâncias entre pretônicas abertas e fechadas que fogem a essa descrição, isto é, as variações dentro do mesmo contexto e às vezes dentro do mesmo vocábulo (*colégio* e *colégio*; *melancia* e *melancia*). Entretanto elas são minoritárias, dependentes do perfil psicossocial do locutor, e não são mencionadas pelos observadores mais antigos da variedade do Nordeste. A ocorrência de pretônicas fechadas antes dessas vogais é um desvio da norma regional, sentida como tal na maioria das vezes pelos usuários do dialeto, embora eu reconheça a crescente tendência à aceitação dessa forma. Por isso a considero um caso de empréstimo fonético das variedades sulistas, estimulado pelo prestígio da região mais desenvolvida do país, que sedia a maiorias das empresas de comunicação de massa⁸.

A questão que discutirei neste artigo é a da origem dessa divisão dicotômica dos dialetos brasileiros. Em outras palavras, especulo sobre a razão pela qual os falares do Norte, assim chamados por Nascentes, entre os quais ele inclui os subfalares nordestinos e o baiano, admitem, na maioria dos contextos vocálicos, vogais pretônicas de timbre aberto.

6. Para a discussão desse tema, que inclui os argumentos para tal análise, cf. Barbosa da Silva (1989:106-129).

7. Cf., por exemplo, Aguiar (1937:271-307).

8. Cf. Barbosa da Silva, 1991.

2. ANTIGAS HIPÓTESES

As tentativas de explicação da origem das pretônicas abertas podem ser resumidas da seguinte forma:

a) a *hipótese da restauração*, defendida por I. Révah (1958), segundo a qual [ɛ] e [ɔ] pretônicos nordestinos provêm do mesmo movimento de restauração **através da grafia** e de correlações morfológicas que repõem, nos dialetos sulistas, as médias fechadas já desaparecidas em Portugal desde a segunda metade do século XVI.

No Nordeste, esse movimento de restauração, nas palavras do mesmo autor (1958), “ultrapassou seu objetivo e conduziu à formação de vogais pretônicas de timbre aberto”.

b) a *hipótese do substrato*, segundo a qual as pretônicas de *feriado*, *mercado*, *coração*, *poluição*, por exemplo, se explicam por interferência das línguas ameríndias. Diz, por exemplo, Nascentes (1942:184):

É verdade que em o norte do Brasil há pretônicas abertas, mas tais fonemas não correspondem a crases antigas como em Portugal; aparecem em trissílabos e polissílabos, *talvez por influência tupi*: *dèzembro*, *tòlerar*, *Pàraíba*. [grifo meu]

c) a *hipótese da conservação*, segundo a qual as pretônicas abertas nordestinas advêm de fases mais antigas da língua. Silva Neto (1976:167), na nota 92, cita Joaquim da Silveira, que assim a formula:

Esse característico relevo que, na pronúncia de lá, se dá em regra às vogais pretônicas [*aliás só na pronúncia do Nordeste, repita-se*] [...] deve representar, no fundo, não uma modulação emergente da glote indígena, como se tem dito, mas um eco mais nítido e bem conservado do nosso antigo vocalismo. (*Brasília*, II)

d) a *hipótese da inovação*, pela qual esse traço do falar do Norte tem origem na alteração da pronúncia do português europeu. Silva Neto a admite, pelo menos como possibilidade de trabalho. Apesar de considerar uma hipótese “muito pouco provável”, sugere que realizações abertas possam ser explicadas como um caso de

... generalização, visto que a pronúncia de Portugal, como se sabe, profere abertas, vogais pretônicas decorrentes de crases antigas. (Silva Neto, 1967:167-168)

3. UM POUCO DE HISTÓRIA EXTERNA

Pelo que foi dito, o vocalismo europeu já foi considerado, embora sem unanimidade, a fonte das pretônicas abertas dos falares do Norte.

É, realmente, no mínimo curioso que esse fenômeno se espalhe por uma área com tantas peculiaridades culturais, distinta do resto do país por se constituir (pelo menos o Nordeste) na região de colonização mais antiga e o mais antigo centro irradiador da língua portuguesa, embora os dados históricos que envolvem a colonização do Brasil não forneçam a essa hipótese apoio inteiramente seguro.

A favor dela pode-se dizer que o povoamento do Nordeste se realizou desde o século XVI com base na cultura da cana de açúcar. O primeiro engenho data, ainda, da primeira metade do século, e o centro econômico e político em que essa região se transformou tornou também o núcleo de onde partiam expedições para expansão do território ao Norte e, conseqüentemente, um ponto de difusão linguística. A cidade de Salvador gozava até o fim do século XVIII o prestígio de capital da Colônia, e juntamente com Olinda já tinha vida cultural e cultivo da língua, que faltava a outras partes da Colônia, como se verá adiante.

A conquista do território se estendeu também ao Sul nos meados do século XVI, até as cidades do Rio de Janeiro (1567) e São Paulo (1558). Entretanto não se pode afirmar que, além desse ponto, rumo ao Sul, tenha havido, nesse século, povoamento propriamente dito, pois, até então, foram fundados lá apenas postos de guarda para garantir a posse da terra ou acampamentos de tropas.

A ocupação da região Sul só se concretizou realmente a partir dos meados do século XVIII com novos grupos de imigrantes açorianos e, no século seguinte, com outras nacionalidades da Europa e até da Ásia.

Em direção ao Sul, Curitiba, embora tenha origem na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, fundada em 1693, só se desenvolveu a partir do século XIX, quando foi escolhida como capital da província do Paraná, criada em 1853.

Também Florianópolis pode ser considerada de colonização recente. Só em 1726 foi elevada à condição de vila, significativamente ocupada depois de 1748 por colonos açorianos. Ferdinand Denis (1980:182), no seu livro sobre o Brasil⁹, a descreve como uma província “de formação inteiramente moderna”, que foi por “largo tempo reputada pela metrópole como lugar de desterro”.

Finalmente Porto Alegre, no extremo Sul, se originou de um acampamento de imigrantes, também açorianos, que se formou um pouco antes de 1763, mas só passou à condição de capital da província no fim do século, tornando-se cidade já no século XIX, em 1822.

Não obstante as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, que também compõem o falares do Sul na divisão de Nascentes, tiveram colonização tão antiga quanto a do Nordeste. Seria de esperar, então, que essas cidades e as nordestinas participassem do mesmo grupo dialetal.

O Rio de Janeiro, porém, fundado no século XVI, teve “a princípio fraco progresso”, como revela o mesmo Ferdinand Denis (1980:107), e recebeu desde os fins do século XVII uma multidão de lisboetas. Efetivamente, com a chegada da Família Real em 1808, modifica-se o panorama político brasileiro. O Brasil é elevado a “Reino Unido a Portugal” e o Rio de Janeiro se torna a sua capital. Tais fatos poderiam figurar como uma possível explicação histórica para a diferença dialetal em relação às cidades nordestinas, provavelmente mais conservadoras. É impressionante o relato de Rugendas (1979:202), datado de 1835:

Em 1808, o Rio tinha, no máximo, **cinquenta mil habitantes**, e o número de brancos era, sem comparação, muito inferior ao dos pretos. Hoje a população é de **cento e dez mil** almas e a desproporção entre negros e brancos muito menor, pois, desde então, se estabeleceram na cidade **mais de 24 mil portugueses**, sem contar com o grande número de estrangeiros (...) [grifos meus]

9. *Brésil, Colombie et Guyanes* teve sua primeira edição em Paris em 1846.

Se esses dados da vida da Colônia podem ser usados como indício de uma possível mudança no comportamento linguístico dos cariocas de então, eles, pelo menos a princípio, não servem para compreender por que São Paulo não conservou o vocalismo português transplantado desde o século XVI, uma vez que essa cidade se desenvolveu muito cedo, merecendo, “desde o fim do século XVI, uma reputação tão formidável”, nas palavras do observador francês, Denis (1980:192).

Traços do português seiscentista tinham, contudo, pouca chance de se conservar também em São Paulo, onde a vida rural predominava sobre a urbana, uma vez que, nessa cidade, até o século XVIII, era a língua geral que predominava como meio de comunicação entre as mulheres e as crianças, mesmo dentro das famílias portuguesas. São muitos os testemunhos coligidos por Sérgio Buarque de Holanda no seu famoso *Raízes do Brasil*. Um deles, muito citado, é do Padre Antônio Vieira que testemunha o pouco uso que faziam os paulistanos da época do português (Holanda, 1978:88):

... é certo que as famílias dos portugueses e índios de São Paulo estão tão ligadas hoje humas às outras, que as mulheres e os filhos se criam mystica e domesticamente, e a língua que nas ditas famílias se fala he a dos índios, e a portugueza a vão os meninos aprender na escola...

Em outro trecho, relata Holanda que, em 1698, o governador Artur de Sá e Meneses solicitou ao rei a providência de enviar párocos para as igrejas da “repartição de Sul” que conhecessem a língua-geral dos índios, justificando que:

... a mayor parte daquella Gente se não explica em outro ydioma, e principalmente o sexo feminino e todos os servos [...] como hoje se vê em São Paulo com o nouo Vigario que veio provido naquella Igreja, o qual há mister quem o interprete... (p.89)

Esses e vários outros documentos levaram Holanda à convicção de que

... o processo de integração efetiva da gente paulista no mundo da língua portuguesa pode dizer-se que ocorreu, com todas as probabilidades, durante a primeira metade do século XVIII. (p.93)

De fato, isso aconteceu também em outras partes da Colônia. Somente em 1759 o uso do português tornou-se obrigatório no Brasil, pela lei do Diretório do Marquês de Pombal, e só no início do século XIX as famílias, entre elas as paulistas, trocariam o campo pela cidade, atraídas pela presença da Corte portuguesa. Serafim da Silva Neto (1976) aponta a chegada da Família Real portuguesa como o móvel da mudança da configuração das cidades no Brasil de então, fomentando uma transferência rápida da sua elite rural em direção às cidades, que passaram a figurar como centros irradiadores da fala urbana. Esses dados parecem, portanto, favorecer a conjectura de se ter formado uma pronúncia inovadora na cidade e em toda a região por interferência do modelo produzido na Corte do Rio de Janeiro em contraponto com a variedade conservadora do Nordeste, especialmente a Bahia e Pernambuco, que figuraram até o século XVIII como importantes polos de comerciais e políticos da Colônia.

Leve-se em conta, a favor de abonar com a história as diferenças entre os falares do Norte e os falares do Sul, mais outro dado: o distanciamento entre as diversas variedades linguísticas trazidas pelos grupos de colonos portugueses que haviam chegado desde 1500 no Brasil, do ponto de vista do tempo

e do espaço. Enquanto o Nordeste foi povoado por levas de portugueses principalmente do Norte de Portugal ao longo de três séculos, o Sul recebia, nos séculos XVIII e XIX, açorianos, outros europeus e asiáticos, além da norma urbana da Corte do início do século XIX. Em outras palavras, o português brasileiro foi formado com a concorrência da variedade dos imigrantes (incluindo os lisboetas da Corte), que mantinham entre si diferenças regionais, já que vinham de diferentes partes do Reino, e diferenças de classe social, especialmente em relação à Corte. Tais diferenças que a História construiu sobre o território nacional certamente teriam que se refletir sobre a língua.

Há que se ter em mente também a importância da variedade da Corte na constituição das demais normas, primeiro pelo número de falantes dessa variedade europeia, chegados no início do séc. XIX, em relação ao número de habitantes do Rio de Janeiro, e depois pelo prestígio de que estava investida essa nova população de imigrantes e, em consequência, a sua norma linguística. Serafim da Silva Neto (1976:62) chama a atenção para esse fato:

Quinze mil pessoas, o séquito da família real, trouxeram para o Rio de Janeiro os hábitos e os esplendores da vida lisboeta. Tudo se foi re-europeizando: a construção das casas, o modo de vestir e, até, de encarar a vida.

Tendo em vista esses dados, era de se esperar que, do mesmo modo como modificou os costumes dos brasileiros, a norma linguística dessa multidão de lisboetas interferisse na sua fala, principalmente na dos cariocas e dos habitantes das cidades mais próximas, entre as quais a cidade de São Paulo, que até então, como foi visto acima, “preferia no âmbito familiar a língua geral à portuguesa”. Silva Neto, em nota (1976:62), chega a levantar a hipótese de relacionar a chegada da Corte com “a pronúncia carioca do *s* final e pós-silábico”. Essa presunção não parece descabida, se é levada em conta a pressão linguística que era exercida pela Corte sobre os brasileiros relatada pelo viajante inglês Luccock, citado por Silva Neto (1976:80). Diz ele: “Nas peças que representavam ridicularizavam-se as manias, vícios, dialeto e outras peculiaridades da colônia, o que corrigiu os gostos do público”.

Seria possível se objetar que, apesar disso, no que se refere ao vocalismo átono, em foco neste artigo, essa pressão do modelo da Corte não foi suficiente para transmitir à fala dos cariocas as transformações importantes que já havia sofrido o vocalismo átono europeu, isto é, as grandes mutações do século XVIII, que tornaram central e alto o [e] pretônico e elevaram o [o] para [u] nessa posição. Mas também não seria improvável que ela tivesse detido a mudança dos **Es** e **Os** pretônicos na direção em que se verificou no Nordeste.

Ao contrário dos falares sulinos, a situação da língua portuguesa na Bahia e em Pernambuco possivelmente permitiu maior resistência à interferência da língua da Metrópole pelo prestígio que já gozava antes da mudança da Capital da Colônia. Em Salvador e Olinda, cidades mais antigas e mais distantes da vida da Corte no Rio, já se tinha estabelecido um ambiente cultural, que não poderia existir nas fundadas mais recentemente. Nas palavras de Serafim da Silva Neto (1976:69), naquelas cidades ela “era carinhosamente estudada [...] pelos padres em seus colégios e por uma pequena minoria de funcionários letrados e senhores de engenho”. Comenta ainda o grande estudioso que, em 1594, o Santo Ofício investigou, em Pernambuco, cinco “mestres de ensinar moços a ler e escrever” entre os quais se encontrava o poeta Bento Teixeira, autor de *Prosopopéia*, o que, a despeito do pequeno mérito da obra, “dizia bem do ambiente social desse núcleo”, capaz de fazer “florescer um poeta”. Além disso, chama a atenção para o grau de escolaridade da população representado pela proporção de informantes masculinos do Santo Ofício que não sabiam assinar o próprio nome: apenas cinco dos 221 citados.

Sobre a vida cultural no Nordeste do século XVI, Silva Neto (1976:70) estava convencido de que:

... outro grande centro era a Bahia. Tão bem organizados e proveitosos eram lá os estudos, que Antônio Vieira, chegando com seis anos de idade, pôde tornar-se o maior orador e escritor de seu tempo, além de um dos mais finos espíritos europeus.

Parece, pois, natural que esses centros tão zelosos da língua portuguesa estivessem sempre buscando seguir os conselhos dos antigos gramáticos que legislavam, como sempre, contra as mudanças do seu tempo.

Por tudo o que foi dito, mesmo que a história das cidades não nos forneça bases sólidas para explicar a diferença entre as pretônicas médias, fechadas no Sul e majoritariamente abertas no Norte, pelo menos é forçoso admitir que favorece uma hipótese: a de que o Nordeste – sem a presença da colonização açoriana, sem a coexistência de outras línguas estrangeiras e com melhores condições de preservar-se da interferência do padrão oral lisboeta do século XVIII, já pela distância da Corte no Rio de Janeiro já pelo uso que lá se fazia da língua portuguesa, ditado pelos gramáticos da Metrópole – tivesse, de algum modo, reinterpretado os dados herdados dos imigrantes dos séculos anteriores de modo distinto do Sul.

4. O VOCALISMO PORTUGUÊS NA ÉPOCA DA COLÔNIA

Para que qualquer hipótese que filie as pretônicas abertas dos falares brasileiros do Norte à língua de Portugal na época da Colônia tenha um mínimo de possibilidade de se sustentar, obviamente, é necessário que se possa provar que o português quinhentista (ou de fase posterior) tivesse conhecido essa pronúncia.

A tese mais difundida é a de que, nas posições inacentuadas, elas eram fechadas, salvo exceções explicadas pela etimologia. Essa é, por exemplo, a lição de Herculano de Carvalho (1969:77) no texto seguinte:

... tem-se admitido desde Cornu que [...] elas representavam constantemente até o século XVIII as vogais fechadas ê e ô, tais como ainda hoje se encontram na pronúncia brasileira de palavras como *meter* e *morada*.

No entanto, segundo Teyssier (1982:43), que estudou a grafia de João de Barros, “por volta de 1500, o sistema de vogais orais em posição pretônica se torna exatamente o mesmo que em posição tônica”, isto é, um sistema de oito vogais, que inclui, pois, [ɛ] e [ɔ]¹⁰.

Nesse sistema, as oposições entre as pretônicas abertas e fechadas, como a que se verifica, por exemplo, no par **pr[ɛ]gar** (fazer sermão) e **pr[e]gar** (fixar com pregos), se justificariam historicamente como resultado da contração de antigas vogais em hiato (do tipo: **esca-ecer** > **esqu[ɛ]cer**; **co-orar** > **cɔrar**; **pa-adeiro** > **p[a]deiro**), formas que permanecem até nossos dias no português europeu.

10. São elas: / i e ɛ a ɔ o u /. Substituí, neste trabalho, os símbolos originais pelos do IPA para facilitar a argumentação.

Para explicar os numerosos *és* que encontrou na obra de João de Barros, Teyssier (1966:191-193) ainda aponta duas outras origens: a redução do ditongo latino *ae*, como em **pr[ɛ]posição** (< **praepositio**), e a retenção, em sílaba pretônica nos derivados, da vogal aberta primitivamente tônica, como em **adv[ɛ]rbiais**, derivada de **adv[ɛ]rbio**.

Nenhuma dessas hipóteses cobriria, porém, as realizações abertas sugeridas pela grafia de certas palavras que ele encontrou na obra do ortógrafo quinhentista, como, por exemplo, *fêminino* (< *feminus*), *célebradas* (< *celebrare*), *régido* (< *regere*), *nem* de prônimo (< *pronomen*) e *óraçõm* (< *oratio*), cuja pretônica tem origem em uma vogal longa latina, que, via de regra, produziu no português uma vogal fechada. Uma justificativa, talvez, para esses dados seria a de que, ainda no século XVI, [ɛ]s e [ɔ]s possam ter-se estendido, por analogia, a outra parte do léxico que não se enquadrava nas situações acima descritas.

Parece mesmo justo pensar que nos três séculos subsequentes essa generalização tenha prosseguido pelo menos em algumas variedades populares e regionais, com se pode interpretar das palavras de Caetano de Lima (1671), citadas por Révah (1959:291):

Assim também devemos usar em **Prócuração e Prócuradores**, mas não no verbo **Procuero, Procurar**, que alguns pronunciam impropriamente como O aberto, *como fazem em certas províncias*. [grifo meu]

A existência de pretônicas abertas na fala popular no século XVIII foi cogitada por Naro (1973:42), ao tratar da realização do O pretônico em posição inicial de palavra:

O mais antigo gramático a mencionar a posição inicial é Monte Carmelo [...] que considerou o **o-** como o **u-** [...] um caso de populismo. Porém, na mesma época e também depois, havia outra forma popular com **ó**, pelo menos nas sílabas fechadas.

Sintetizando, havia no português transplantado para o Brasil nos séculos XVI e XVII, conforme esses testemunhos, palavras de origens variadas que admitiam [ɛ] e [ɔ] em sílabas pré-acentuadas.

5. NA TRILHA DE SILVA NETO

A hipótese acima levantada, de que as vogais abertas, originalmente etimológicas, tivessem, por analogia, se espalhado no léxico desde o século XVI, nos coloca na trilha timidamente aberta pelo grande filólogo, segundo a qual as vogais abertas do falar do Norte seriam resultantes de um processo de generalização do português europeu (cf. seção 2).

Se o estudo da ortografia de João de Barros, supramencionado, tornou viável a hipótese de filiar as pretônicas nordestinas ao português do século XVI, foram os trabalhos de João de Moraes Madureira Feijó (1739) e do Frei Luís do Monte Carmelo (1767), publicados, respectivamente, em Coimbra e Lisboa, que forneceram, até agora, o maior número de dados e as mais interessantes observações sobre essas realizações no português europeu da época da Colônia. Os estudos de Gonçalves Vianna (1883 e 1892), Leite de Vasconcelos (1901), Jorge Morais Barbosa (1965) e, no Brasil, os de Paranhos da Silva (1879) compõem o quadro de informações sobre as fases seguintes da língua.

A seguir, essa questão será examinada, distinguindo as pretônicas em duas posições: inicial absoluta (*oração, edificar*) e medial (*córar, rétrica*).

Em posição inicial absoluta, o único dado em que figura a pretônica média posterior, O, recolhido nas obras de João de Barros por Teyssier (1966:162), é *oração*, ainda que apareça 19 vezes.

Supõe-se que, nos fins do século XVII, o português europeu já realizava como [u] o O pretônico. Essa era a pronúncia popular no século seguinte, que Carmelo (1767) buscava corrigir ao recomendar, no seu *Compendio de orthografia*, a vogal média em vocábulos como *olaria, Olivença, operário, orelha* etc. em vez de *ularia, Ulivença, uperário, urelha*, considerados “abusos”. Nessa posição, sem alternar com **u** e com um exemplário bastante reduzido, se encontra também **ó**, não só em contextos em que a variedade europeia de hoje o mantém aberto, isto é, antes de certos grupos consonânticos (*ópçam, Óctaviano, Ópsônio*), mas também em outros contextos, como se vê em *óxalá, oraçam* e *órador*.

Um século depois ambas as formas continuavam variando, mas com a distribuição social inversa: a realização alta passou a ser comum a pessoas cultas, mas a média perdurava na boca do povo, que, então, a preferia aberta pelo menos em um tipo de sílaba. Eis o que nos revela Gonçalves Vianna em 1883:

As vogais **a** e **o**, quando são iniciais em uma palavra em sílaba fechada, guardam geralmente o som aberto; se pronuncia, pois (...), *òrtelãu, òspedar, àrmáriu, àspirãte*. Ouve-se frequentemente *urticultúra* (horticultura) *ârmazãi* (armazém) e sobretudo *âspirár*; esta pronúncia, contudo, não é a do povo, se bem que bastante comum entre pessoas instruídas, que têm uma pronúncia própria a elas (...) (p.58)

Nessa mesma época no Brasil, Paranhos da Silva (1879:31) reprovava a realização aberta das vogais iniciais de palavras como *hóspital, óficial, óbservatório* na fala de jovens recém-chegados de universidades portuguesas e recomendava a pronúncia “brasileira” com **ô**.

A tendência a pronunciar-se como aberto o **o** inicial parece ter-se conservado em alguns dialetos em Portugal até o século XX. Leite de Vasconcelos (1901:101) a registrara nas variedades de Estremadura e do Alentejo. Mais recentemente, Morais Barbosa (1965:103) a reconhece como uma variante em posição inicial “notadamente antes de /r/ em dialetos menos polidos”.

Resumindo, na posição inicial absoluta, de acordo com a bibliografia consultada, é a variante aberta de **O**, predominante hoje nos falares nortistas brasileiros¹¹, que se registra desde o século XVI em diferentes dialetos portugueses (em primeiro lugar – embora precariamente – por João de Barros; no século XVIII, por Carmelo; no século XIX, por Gonçalves Vianna; e no século XX, por Jorge Morais Barbosa).

Quanto à vogal anterior, **E**, nessa posição há poucos registros de realizações abertas.

Na fonte consultada do século XVI, ainda que apareçam frequentemente, não são numerosos os itens lexicais que se iniciam por **E**. São dados recolhidos por Teyssier na obra de João de Barros: *hérvada, hérética, edificar, edifício/édefício*, todos iniciados por vogal média baixa.

11. Em pesquisa realizada na cidade de Salvador com falantes de formação universitária, das 177 ocorrências dessa vogal apenas 8 foram pronunciada como ô, sendo ó todas as demais (cf. Barbosa da Silva, 1989, p.241).

Tal realização não encontra registro nos autores dos séculos subsequentes. Na lista de correção de Carmelo encontram-se indícios de que essa vogal média estava se tornando alta (*hidionda* corrigida para *hedionda*, *inorme* para *enorme*, *isquiróla* para *esquirola* etc.), uso que Gonçalves Vianna descreveu no final século XIX como categórico, o que aponta para uma mudança já concluída. Em suas palavras, “(...) quando uma palavra começa por e ou (he) átono, este se pronuncia (...) i”. Assim pareceria correto concluir que os *és* pretônicos do século XVI seriam casos isolados e, por isso, não se propagaram pelo léxico, como o fizeram o seu correspondente posterior, os *ós*.

Entretanto, se não há registro de *E* aberto no século XVIII, também não há de *E* fechado. O timbre das vogais iniciais de *esquécêr*, *eléctiva*, *espéctáculo*, *erécção*, *exácção* e outras não é determinado nas listas de Carmelo e de Feijó, que apenas corrigem sua pronúncia alta. Elas não recebem qualquer acento, agudo ou circunflexo, que eram reservados por eles a sílabas com mais intensidade (primária ou secundária), como se verá adiante.

É de se esperar, porém, que, pelo menos em um contexto fônico, essa realização pudesse ocorrer, pois era prevista, pela descrição do próprio Carmelo na página 137 de sua obra: “Antes de I [a letra E] se pronuncia como se tivesse acento agudo”.

Em posição não inicial, isto é, depois de consoante, documenta-se um número expressivo de pretônicas abertas, mais na série anterior do que na posterior, ou seja, na série em que ainda hoje em Portugal se preserva a oposição entre *prêgar* e *prégar*, como se fazia no século XVI. O estudo da grafia de João de Barros não fornece nenhuma ocorrência de *ó* nessa posição, no entanto essa vogal está bem representada nas listas do século XVIII.

Encontram-se na lista de Feijó cerca de 25 delas, como *adópção*, *nóctiluz*, em que figuram os grupos [ps] e [kt], respectivamente ortografados *ps* e *ct*, mas também em *mórdomo* e *córagem*, em que esses grupos não estão presentes. Já nas listas de Carmelo, o número delas quase dobra. Aproximadamente chegam a 40 as palavras documentadas, entre as quais algumas contêm grupos consonantais, como *cógnicâm* e *adóptar*, e outras não, como *córar*, *Nórdeste*, *cóchîm*, *cótio*, *ecónomia* etc.

Com sempre ocorre, o maior número de dados se concentra na vogal anterior. Há registro de *és* pretônicos depois de consoante desde João de Barros (20 vocábulos). Feijó registra 50, e mais de 200 figuram na lista de Carmelo. Algumas dessas palavras aparecem em mais de uma lista e até nas três, como é o caso de *géração*, *crédor*, *prégar* e *mézinha*. Esse aumento do número de palavras pode sugerir uma das duas coisas. A primeira, menos provável, é que os gramáticos passaram a registrar mais as pretônicas abertas, talvez até por essas vogais estarem se perdendo, o que significaria que eram mais frequentes no século XVI do que se tem registro. Se isso tivesse ocorrido, seria necessário explicar por que não consta das listas de “emendas” a alternância entre [e] e [ɛ].

A segunda hipótese é a de que, ao contrário da primeira, as vogais pretônicas abertas vinham desde o século XVI se ampliando gradativamente no léxico, isto é, ocorriam em maior número de palavras cujas pretônicas não satisfaziam nenhuma das condições: de serem resultantes da redução do ditongo latino *ae* (*préposição* < *praepositio*) ou da contração de vogais em hiatos ou ainda da retenção da altura da vogal tônica primitiva, em sílaba pretônica dos derivados (*adverbiais* < *advérbio*).

Observe-se, ainda, que, um século depois de Feijó e Carmelo, Vianna (1883:44-45) explica a existência desses *és* e *ós* em sílaba pretônica do seguinte modo:

Nós queremos ainda ressaltar que uma vogal átona que não é neutra, isto é, um *e*, um *a*, um *o*, que guardam a pronúncia de *â*, *è*, *ò*¹² em uma sílaba aberta, indica *na maioria dos casos* o desaparecimento de uma consoante, de uma vogal ou de uma sílaba inteira. [...] o verbo mais antigo *adaptar* se pronuncia *adtòtár*... [grifos meus]

O autor não se refere à totalidade de casos, mas à maioria deles, o que coincide com as observações acima sobre os dados contidos nas listas do século XVIII, nas quais muitas das pretônicas abertas encontradas não podem ser explicadas nem pela etimologia nem por conservação, na palavra derivada, do timbre primitivo da vogal. É o caso de *véxar*, *fléxivél*, *rhéthórica*, *véreador*, *nórdeste* etc., o que parece indicar uma ampliação do contexto, uma expansão da regra.

6. UMA HIPÓTESE PARA REFLEXÃO

Como foi demonstrado, vogais pretônicas abertas não só figuravam no português europeu desde o século XVI provenientes de histórias fonológicas diversas (crases, simplificação de ditongo, contração de vogais em hiatos), mas também especialmente no do século XVIII, em contextos mais amplos. Esse fato sugere o espraiamento dessas vogais talvez por analogia a outra parte do léxico e uma ampliação de contexto fonético.

O documento mais importante foi o *Compendio de orthografia*, de Frei Luís do Monte Carmelo, datado de 1767, que fornece uma lista com um número superior a 300 palavras em que ocorre uma pretônica aberta, a maioria das quais corresponde à pronúncia nordestina dos nossos dias.

Observou-se também que já havia então um contexto fonético que as favorecia (a consoante lateral subsequente), reconhecido por Teyssier no exame da ortografia de João de Barros, ambiente a que Carmelo explicitamente se refere dois séculos depois.

Parece, contudo, que não era só esse o condicionamento fônico existente. Pelo menos desde o século XVIII, as pretônicas abertas pareciam depender também da pauta acentual da palavra, conforme se pode depreender da lição de Carmelo (p.128) abaixo transcrita, que se confirma no exame do *corpus* que ele e Feijó nos legaram em suas obras. Veja-se o que ele diz:

Finalmente costumam pronunciar-se com dois Accentos dominantes as Dicções de seguinte Catálogo, e as derivadas, *as quais devem notar bem os Brasilienses; porque confundem os Accentos da nossa língua.* [grifo meu]

É preciso considerar, em primeiro lugar, que Carmelo atribuía ao acento gráfico na escrita da língua portuguesa uma dupla função: a) de marcar a intensidade silábica máxima, ou seja, função de acento primário, e de intensidade média, ou seja, de acento secundário; e b) a de marcar o timbre da vogal nesses dois contextos, como se pode entender da sua definição: “Acento é Tenor ou modulação com que proferimos a sílaba”. E mais adiante (p.80-81) essa interpretação é confirmada no seu ensinamento:

12. Corresponde na notação do IPA a, respectivamente, [a], [ɛ] e [ɔ].

(...) Não há mais do que esses três acentos assim na Língua Portuguesa; e só o Agudo e o Circunflexo se chamam Dominantes; porque *o Grave nunca domina*, ou nunca pode ser superior em Dicções de muitas sílabas. (...) *Os dois Acentos dominantes, ou Agudo e Circunflexo, são muitas vezes necessários na sílaba A, E, O para a clareza de Sentido*, porque fazemos diversíssimos *tenores* naquelas sílabas, como mostrarei com alguns exemplos. [grifos meus]

A função distintiva dos acentos dominantes é aí definida, assim como o caráter secundário do acento grave. A seguir oferece exemplos:

Devemos usar destes Acentos no E quando for necessário distinguir os Nomes dos Verbos que se equivocam na Escritura e se pronunciam com tenores diversos. Tem Acento circunflexo estes Nomes v.g. *Acêrto, Aderêço* [...]. Porém deve ter Acento agudo no E (como v.g. *Mulhéres, Revézes, Talhéres*) os seguintes Verbos *Eu acêrto, Eu aderêço* [...]. (p.81)

O exame de outro trecho da mesma obra, que se transcreve abaixo, confirma esse mesmo entendimento e autoriza concluir que os dois acentos que marcavam palavras como *Nórdeste, óxalá* e *véreadôr*, presentes na sua lista, eram o acento secundário e o primário, e que nem todas as “dicções” o possuíam. Aprecie-se o trecho mencionado:

Todas as Dicções, quando se fazem diminutivas na significação com estas Adjecções zinha, zinhas, zinho, zinhos, se pronunciam com dois Accentos, um próprio da Dicção antecedente e outro das Adjecções. (p.128) [grifo meu]

Somente o grupo de palavras compostas com *-zinho* portava sempre dois acentos, as demais precisavam ser indicadas no “Catálogo” para serem assim grafadas. Portanto, ao lado dos contextos fônicos conhecidos (antes de *I*, para as anteriores, e antes de certos grupos de consoantes, para ambas as vogais), havia uma lista (uma marca no léxico) que determinava esses acentos a que estavam atrelados os “tenores” da vogal.

Comparando os dois ensinamentos, não fica difícil admitir que as vogais pretônicas assinaladas na grafia com acento agudo marcavam duplamente, na sua lista, o acento secundário e o timbre aberto delas (*óxalá*). Aliás a utilização do circunflexo (em contraponto com o agudo) para distinguir “o sentido” da palavra que a vogal fechada ou aberta produz na sílaba acentuada sobreviveu até hoje na ortografia do português, embora em casos raros como *pôr* (v.) / *por* (prep.).

Desse modo, conclui-se que as palavras *Nórdeste, óxalá* e *véreadôr* eram pronunciadas pelo menos no século XVIII como pronunciavam hoje os brasileiros no Nordeste.

O segundo destaque que se deve fazer em relação ao texto já citado da página 128 da obra de Carmelo é que ele corrigia os “Brasilienses; porque confundem os Accentos da nossa língua” e, em consequência, o timbre, pois “Acento é Tenor ou modulação com que proferimos a sílaba” (p.80).

Essa observação do eminente ortógrafo é muito importante para compreender a origem das pretônicas abertas que se espalharam nos falares do Norte do país. Ela revela que os brasileiros de então não

sabiam pronunciar “corretamente” as palavras, isto é, não o faziam de acordo com a distribuição dos acentos da norma portuguesa de então. Em outras palavras, o contexto fonético para a distinção do timbre da vogal, ou seja, a distribuição do acento secundário no léxico estava se perdendo no Novo Mundo. Provavelmente, também, se teria perdido a memória das palavras que continham pretônicas abertas por razões etimológicas (as oriundas de hiatos, do ditongo *ae*, das crases) e desfaziam-se no Brasil grupos de consoantes em muitas palavras. *Secção*, *afectuosa*, *eléctiva* e *prójectar*, por exemplo, simplificaram-se em *seção*, *afetuosa*, *eletiva* e *projetar*; já *segmento*, *cognato* e *optativo* ganharam, na maioria dos dialetos brasileiros, um [i] epentético: [segi'mētu], [kogi'natu], [ɔpita'tivo]. Assim é que, no português do Brasil, a tendência ao padrão silábico CV, provavelmente, interferiu na perda de um dos contextos fonéticos geradores de pretônicas abertas, ou seja, antes dos grupos consonânticos citados.

Tenham-se em vista a história externa e os dados linguísticos legados especialmente pelos ortógrafos mencionados. Considere-se que as pretônicas abertas do Nordeste, assim como as dos outros falares do Norte, são basicamente abertas, fechando-se apenas por harmonia vocálica¹³. Tudo isso fundamenta, na trilha de Silva Neto, a hipótese de que esses dialetos do português brasileiro tenham prosseguido o processo antigo de generalização de vogais abertas pela perda, registrada por Camelo, do acento secundário que era marcado morfológicamente, isto é, em uma lista no léxico.

7. UMA EXPLICAÇÃO FONÉTICA

Se forem aceitas as ponderações da seção anterior, a diferença entre essas variedades diacrônicas, a antiga e a moderna dos dialetos do Norte, se explicaria por rearranjo de regras. No processo de transplantação para o Brasil, as pretônicas abertas europeias – presentes até o século XVIII, pelo menos na norma escolar – perderam, no léxico, a informação etimológica e a marca de vocábulos que recebiam dois acentos (“os brasileiros confundem os acentos da nossa língua”), tendo, pois, se esvaído o contexto acentual que regulava a sua pronúncia aberta. Por essa razão, no Brasil, o sistema teria se rearranjado, ganhando uma regra de harmonia. Do Nordeste teria se estendido ao Norte.

Em outras palavras, perderam-se no Novo Mundo os contextos que condicionavam as pretônicas abertas em Portugal: desmancharam-se os grupos de consoantes em muitas palavras (*pt*, *cc*, *ct*, *gm* etc.); perdeu-se a memória da lista de vocábulos que recebiam dois acentos ou que, por se originarem das crases, dos ditongos, ou de hiatos simplificados, conteriam uma pretônica aberta; em consequência, deixou-se também de restringir a ocorrência de pretônicas abertas em outras palavras. Desse modo, por um mecanismo compensatório, a língua teria se reorganizado em torno de um condicionamento fonético, ordenando o caos que havia se estabelecido. A regra fonológica que então se estabeleceu no Nordeste, favorecendo as pretônicas [ɛ] e [ɔ], tornou fechadas as antigas abertas em harmonia com a vogal da sílaba seguinte. É o caso, por exemplo, de palavras da lista de Carmelo: *brejeiro* > br[ê]jeiro; *crédôr* > cr[e]d[o]r; *Lórdello* > L[o]rd[e]llo.

Do ponto de vista teórico, essa hipótese encontra respaldo nas seguintes palavras de Kiparsky (1968:20):

13. Lembro que são aqui considerados separadamente os processos de alternância de timbre r:elógio / relógio, cɔvarde / covarde) e o de altura (pEdido / pidido; pOder / puder), conforme foi dito na Introdução deste trabalho.

Logo que uma mudança sonora introduz uma neutralização absoluta putativa na língua, então uma mudança analógica começa a miná-la. O contexto **não fonético** da regra é cedo descartado em favor de um ambiente fonético ou morfológico transparente. [grifo meu]

É conveniente lembrar que as oposições entre pretônicas médias abertas e fechadas desde o século XVI eram raras e que as pretônicas abertas, em minoria na língua, além de se originarem de processos fonológicos antigos, foram referidas pelos gramáticos do passado como apenas presentes antes de certos grupos consonânticos (*ct, gn, pt* etc.) e em sílabas que recebiam um acento secundário em uma determinada lista de vocábulos.

Se os contextos não fonéticos são mais facilmente descartados pelas gerações seguintes, de modo especial isso deveria ocorrer em situação de transplantação linguística. Provavelmente foi o que se verificou na língua do Brasil herdada de Portugal, com rearranjos distintos nos dialetos do Norte e do Sul. No Nordeste o rearranjo fonético se fez em favor das médias abertas, no Sul, das médias fechadas.

Por que as duas regiões brasileiras fizeram opções diferentes é uma questão difícil de elucidar. Teriam, no Nordeste, as línguas indígenas de base não tupi e as línguas das nações africanas aqui aportadas precipitado, nessa direção, o processo de generalização de pretônicas abertas, iniciado na Europa, por interferência de seus sistemas fonológicos?

Teriam, no Sul, o uso duradouro da língua geral, a colonização portuguesa tardia, ou ainda a presença da Corte no Rio de Janeiro no início do século XIX favorecido uma reação à generalização em favor das variantes abertas que ocorreu nos falares do Norte?

Certamente não há uma resposta única, já que as línguas mudam obedecendo a um número significativo de fatores. Para se aproximar mais deles poderá ser útil prosseguir nessa trilha, investigando as línguas em contato com o português em cada região, buscando em erros ortográficos de documentos da época indícios da pronúncia dos colonos etc., tarefa árdua de juntar pedaços de informação que se perderam ao longo dos tempos.

A POSSIBLE HISTORY OF THE BRAZILIAN PRETONIC VOWELS

ABSTRACT

The Portuguese language, transplanted in Brazil from the 16th century on, was submitted to inevitable transformations that made it go away from the European variety. In the vowel system, the unstressed vowels stand out, and, in the New World, they became an important feature of differentiation between the Southern and Northern dialects – subject of many discussions in the past. In this article, with the testimony of ancient grammarians, with data extracted from their works, and with the possible support of external history, I approach an explanation for rules that establish the mid low pretonic vowels in Northern dialects and the mid high pretonic ones in the South.

KEYWORDS: Diachrony of Portuguese - Portuguese vowels - Brazilian mid pretonic vowels - Brazilian mid pretonic vowels history

REFERÊNCIAS

- Aguiar, Martinz. (1937). Fonética do português do Ceará. *Revista do Instituto Histórico do Ceará*, n.51, p. 271-307.
- Barbosa da Silva, Myrian. (1989). *As pretônicas no falar baiano*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (Tese de Doutorado).
- Barbosa da Silva, Myrian. (1997). Variação e léxico: estudo de um caso. In: Hora, Dermeval (Org.). *Diversidade linguística no Brasil*. João Pessoa: Idéia, p.29-42.
- Barbosa da Silva, Myrian. (1991). Um traço regional na fala culta de Salvador. *Organon*, v.5, n.18, Porto Alegre, p.79-89.
- Bisol, Leda. (1981). *Harmonização vocálica: uma regra variável*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (Tese de Doutorado).
- Bortoni, Stella; Gomes, C.; Malvar, E. et al. (1990). Um estudo preliminar do /e/ pretônico. Trabalho apresentado no V Encontro Nacional da ANPOLL. Recife: UFPE, 16 p.
- Callou, Dinah; Leite, Yonne. (1986). As vogais pretônicas no falar carioca. *Estudos Linguísticos e Literários*, 5. Salvador: UFBA, p.151-162.
- Callou, Dinah; Leite, Yonne. (1986). Variação de vogais pretônicas. Atas do 1º Simpósio sobre a Diversidade Linguística no Brasil. Salvador: UFBA, p.167-169.
- Callou Dinah; Leite, Yonne; Coutinho, Lilian. (1991). Elevação e abaixamento das vogais pretônicas no dialeto do Rio de Janeiro. *Organon*, v.5, n.18, Porto Alegre, p.71-78.
- Carmelo, Frei Luís do Monte. (1767). *Compêndio de orthografia*. Lisboa: Oficina de Antonio Rodrigues Galahardo.
- Carvalho, Herculano. (1969). Nota sobre o vocalismo português: valor dos grafemas E e O em sílaba átona. *Estudos Lingüísticos*, 2, Coimbra, p.77-103.
- Corrêa, Hydelydia Cavalcante de Oliveira. (1980). *O falar do caboclo amazonense: aspectos fonético-fonológicos e léxico-semânticos de Itacoatiara e Silves*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica (Dissertação de Mestrado).
- Denis, Ferdinand. (1980). *Brasil*. Belo Horizonte: EDUSP / Itatiaia.
- Feijó, João de Moraes Madureira. (1739). *Orthographia ou arte de escrever a língua portuguesa*. Coimbra: Luís Seco Ferreira.
- Holanda, Sérgio Buarque. (1978). *Raízes do Brasil*, 12ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio.
- Kiparsky, Paul. (1968). *How abstracty is phonology?* Indiana: Indiana University Club.

- Leite de Vasconcelos, J. (1901). *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. Paris: Aillaud.
- Maia, Vera Lúcia Medeiros. (1986). Vogais pretônicas médias na fala de Natal. *Estudos Linguísticos e Literários*, 5. Salvador: UFBA, p.209-225.
- Morais Barbosa, Jorge (1965). Les voyelles pré-accentuées. In: _____. *Études de phonologie portugaise*. Lisboa: Junta de investigação do Ultramar / Centro de Estudos Políticos e Sociais, p.135-66 (Estudos de Ciências Políticas e Sociais, 77).
- Mota, Jacyra. (1979). *Vogais antes de acento em Ribeirópolis-SE*. Salvador: UFBA (Dissertação de Mestrado).
- Naro, Anthony J. (1973). A história do e e do o em português: um estudo da deriva lingüística. In: _____. *Estudos diacrônicos*. Petrópolis: Vozes, p.9-51.
- Nascentes, Antenor. (1942). *O idioma nacional*. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Nascentes, Antenor. (1953). *O linguajar carioca*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Simões.
- Oliveira, Marco Antônio. (1991). The neogrammarian controversy revisited. *International Journal of the Sociology of Language*, n.89, v.1. Berlim, p.93-105.
- Révah, I. (1958). L'évolution de la pononciation au Portugal et au Brésil du XV^e siècle à nos jours. *Anais do I Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro*. Rio de Janeiro: MEC / Biblioteca Nacional, p.387-399.
- Révah, I. (1959). Comment et jusqu'à quel point les parlers brésiliens permettent-ils de reconstituer le système phonétique des parlers portugais des XVI^e-XVII^e siècles? Separata de *Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*. Lisboa, p.237-291.
- Rugendas, João Maurício. (1979). *Viagem pitoresca através do Brasil*. 8ª ed. Belo Horizonte: EDUSP / Itatiaia.
- Silva Neto, Serafim. (1976). *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Presença; Brasília: INL (Coleção Linguagem, 1).
- Silva, J. J. Paranhos. (1879). *O idioma do hodierno Portugal*. Rio de Janeiro: Tipografia de Lourenço Winter.
- Silva, Rita de Cássia B. Cunha. *Análise fonético-fonológica das vogais médias pretônicas na fala de Manaus*. (1980). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (Dissertação de Mestrado).
- Silveira, Sousa. (1921). A língua nacional e seu estudo. *Revista de Língua Portuguesa*, 9. Rio de Janeiro: Rohe, p.18-32.
- Silveira, Sousa. (1964). *Lições de português*. 7ª ed. melhorada. Rio de Janeiro: Livros de Portugal (Coleção Brasileira de Filologia Portuguesa).

Teyssier, Paul. (1982). *História da língua portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa.

Teyssier, Paul. (1966). La prononciation des voyelles portugaises au XVI^{ème} siècle d'après le système orthographique de João de Barros. *Annali del I Instituto Universitario Orientale*. Napoli, p.191-193.

Vianna, Aniceto dos Reis Gonçalves. (1883). Essai de phonétique et phonologie de la langue portugaise d'après le dialecte actuel de Lisbonne. *România*, n.12. Paris, p.30-97.

Vianna, Aniceto dos Reis Gonçalves. (1892). *Exposição da pronúncia normal portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Viegas, Maria do Carmo. (1987). *Alçamento das vogais pretônicas*. Belo Horizonte: UFMG (Dissertação de Mestrado).

Vieira, Maria Nazaré da Cruz. (1983). *Aspectos do falar paraense: fonética, fonologia e semântica*. Belém: Universidade Federal do Pará/ Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.